

COLEÇÃO CIÊNCIAS SOCIAIS

Alba Zaluar  
Guimarães

DESVENDANDO MÁSCARAS  
SOCIAIS

José Honório  
Rodrigues

INDEPENDÊNCIA: REVOLUÇÃO  
E CONTRA-REVOLUÇÃO

- Vol. 1 A Evolução Política
- Vol. 2 Economia e Sociedade
- Vol. 3 As Forças Armadas
- Vol. 4 A Liderança Nacional
- Vol. 5 A Política Internacional

Jacques Le Goff  
e Pierre Nora

HISTÓRIA

- Vol. 1 Novos Problemas
- Vol. 2 Novas Abordagens
- Vol. 3 Novos Objetos

Jacques Le Goff

NOVAS ABORDAGENS

HISTÓRIA:

itora s.a.

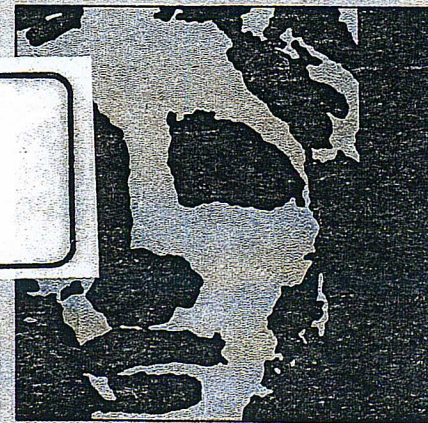
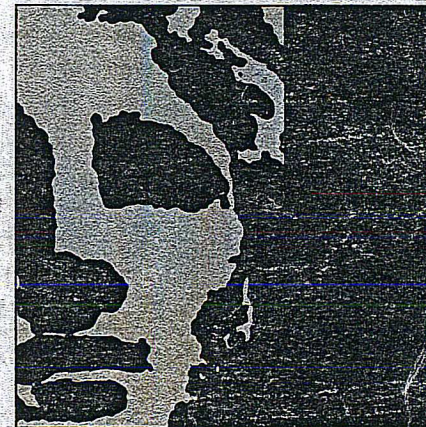
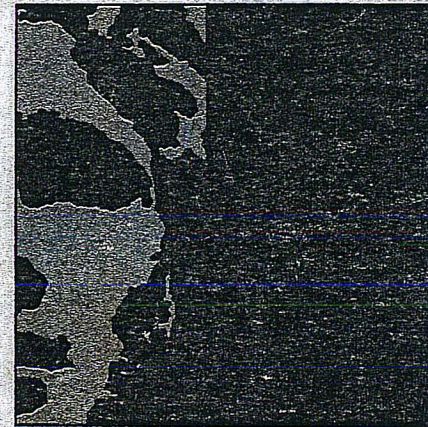
livraria fra

Jacques Le Goff e Pierre Nora

# HISTÓRIA:

NOVAS ABORDAGENS

3ª EDIÇÃO



907.2

H673h.3

## A política

JACQUES JULLIARD

A HISTÓRIA política tem má reputação entre os historiadores franceses. Condenada, faz uma quarentena de anos, pelos melhores entre eles, um March Bloch, um Lucien Febvre, vítima de sua solidariedade de fato com as formas as mais tradicionais da historiografia do começo do século, ela conserva hoje um perfume Langlis-Seignobos que desvia dela os mais dotados, todos os inovadores entre os jovens historiadores franceses. O que, naturalmente, não contribui para melhorar as coisas.

Não está em nossa intenção examinar novamente, uma a uma, as peças de um processo cuja instrução foi feita mil vezes, e bem feita. Como todos, sou favorável à condenação. Os fatos invocados pela acusação são daqueles que o historiador de hoje não tem vontade de desculpar; as únicas dúvidas que tenho e às quais voltarei referir-me à identidade da acusada, e sobre a oportunidade de manter, a seu propósito, a interdição de permanência a que foi condenada. Contentemo-nos, no momento, em sumariar os principais considerandos do julgamento.

A história política é psicológica e ignora os condicionamentos; é elitista, talvez biográfica, e ignora a sociedade global e as massas que a compõem; é qualitativa e ignora as séries; o seu objetivo é o particular e, portanto, ignora a comparação; é narrativa, e ignora a análise; é idealista e ignora o material; é

ideológica e não tem consciência de sê-lo; é parcial e não o sabe; prende-se ao consciente e ignora o inconsciente; visa os pontos precisos, e ignora o longo prazo; em uma palavra, uma vez que essa palavra tudo resume na linguagem dos historiadores, é uma história *factuel*. Em resumo, a história política confunde-se com a visão ingênua das coisas, que atribui a causa dos fenômenos a seu agente o mais aparente, o mais altamente colocado, e que mede a sua importância pela repercussão imediata na consciência do espectador. Uma tal concepção, como é evidente, é pré-crítica; ela não merece o nome de ciência, mesmo enfeitada com o epíteto de "humana", e sobretudo não merece o nome de ciência social. Pois agora, segundo todos pensam, sô há história social, quer dizer, coletiva, pondo em ação grupos e não indivíduos isolados<sup>1</sup>. Já em 1911, quando Henri Berr criticava a história tradicional<sup>2</sup>, opondo-lhe a "síntese histórica" que tinha a ambição de elaborar, o que se visava era bem principalmente a história política, a dos Seignobos e dos Lavisses, que ocupavam os postos de comando na Sorbonne: uma história passo a passo, uma história de costura pequena, uma história de "pequenos pontos" (Annie Kriegel), para a qual toda a elaboração histórica consistia em enfiar no fio de um tempo maravilhosamente liso e homogêneo os acontecimentos-pérolas de todos os calibres: batalhas e tratados, nascimentos e mortes, reinos e legislações.

Abramos os *Combats pour l'histoire*, esse livro sempre jovem de Lucien Febvre; está cheio de condenações à "política antes de tudo" que é a doutrina implícita da escola dominante, e que define perfeitamente uma "forma de história" que "não é a nossa". É a história que ignora que, nas ciências do homem, como em biologia ou em física, os "fatos" não são "fatos acabados"; que eles não são essas peças de um mosaico desfeito, que seria suficiente ao historiador recompor; que eles são o resultado de uma elaboração intelectual, a qual supõe hipóteses como pontos de partida e o tratamento prévio do material experimental.

"A história historizante exige pouco. Muito pouco. Demasiadamente pouco a meu ver, e na opinião de muitos outros além de mim. É a nossa queixa, mas é uma queixa sólida. É a queixa daqueles para quem as idéias são uma necessidade<sup>4</sup>."

Tudo tomado em consideração, a história política pereceu, vítima de suas más amizades<sup>5</sup>. Ela não desapareceu. Sob a forma narrativa, biográfica, psicológica, ela continua a representar, quantitativamente, uma fração importante, possivelmente dominante da produção livresca consagrada ao passado. Ela continua a constituir a base do sistema mais aceito de estabelecimento de períodos: "o reino de Luís XIV"; "a república de Weimar"; "a URSS depois de Stalin" etc... Há muito tempo, no entanto, ela deixou de produzir uma problemática, e de inspirar trabalhos inovadores. Uma revista como os *Annales* pode permitir-se, sem muita injustiça, ignorar largamente a sua produção.

No entanto, digamo-lo logo, essa situação não pode perdurar. Em primeiro lugar, porque não se ganharia nada em continuar a confundir as insuficiências de um método com os objetos a que se aplica. Ou bem existe, com efeito, uma natureza próprio dos fenômenos políticos, que os limita à categoria dos fatos — simples espuma das coisas, espuma que se pode deixar de lado sem prejuízo —; ou bem, ao contrário, o político, como o econômico, o social, o cultural, o religioso, acomoda-se aos métodos os mais diversos, inclusive os

mais modernos, e, nesse caso, é tempo de aplicá-los ao político. Como o observava recentemente Raymond Aron "nunca houve razão, lógica ou epistemológica, de afirmar que o conhecimento histórico dos fenômenos econômicos ou sociais apresenta em si um caráter mais científico do que o conhecimento dos regimes políticos, das guerras ou das revoluções". E Fernand Braudel, que não é conhecido por uma simpatia exagerada com relação à história política, não deixa por isso de observar, em sua crítica do curto prazo — o tempo do acontecimento — que o acontecimento existe em todos os domínios, e não unicamente no político. Também diz Braudel que o domínio político pode escapar ao acontecimento: "Daí procede, entre alguns dentre nós, historiadores, uma viva desconfiança com relação à história tradicional, dita história *factual*, confundindo-se a etiqueta com a etiqueta da história política, não sem alguma injustiça: a história política não é forçosamente uma história *factual*, nem é condenada a sê-lo<sup>7</sup>."

Justamente, está tomando o sentido inverso o movimento de desprezo dos pesquisadores com relação ao campo político. Considerado até aqui com desconfiança ou desprezo, esse campo toma novamente os seus direitos, à medida em que os nossos contemporâneos tomam consciência de sua importância e de sua autonomia. Durante muito tempo, com efeito, os historiadores, franceses em particular, puderam julgar que não havia para eles maior inconveniente em desinteressar-se da vida política: havia tantos novos campos que se abriam a sua curiosidade, dos quais a escola de *Annales* mostrava o caminho: em primeiro lugar, essa história econômica e social, tal como a praticava Marc Bloch, em seus grandes livros; ou a história intelectual renovada, história das mentalidades e da instrumentação mental e não mais, apenas história das idéias, à qual Lucien Febvre consagrava tantas obras novas, cheias de vida e de inteligência. Que se queira ou não, no entanto, essa orientação da historiografia é contemporânea de uma certa visão marxista das coisas (ou que como tal se apresentava), que fazia dos fenômenos da consciência e da vontade, portanto, dos fenômenos políticos, um reflexo da ação mais fundamental das forças econômicas e sociais; essa orientação também era contemporânea de uma conversão à primazia do econômico, primazia que vingava nas sociedades ocidentais, a despeito de um certo atraso na França. O que há de comum entre essas duas visões é um certo desprezo pelos fenômenos políticos; é a convicção, que se diria emanada de Saint Simon, de que um problema político não é mais do que um problema econômico mal colocado. Que nos compreendam bem: não se trata, de uma ou outra forma, de fazer dos fundadores de *Annales* adeptos de não se sabe que materialismo vulgar, de não se sabe que "espiritualismo econômico<sup>8</sup>", de uma espécie de sansimonismo epistemológico tendente a escorraçar a política do universo social. Não: é o contrário que é verdadeiro. A história total, que desejaram, teve, entre outros méritos, o mérito de introduzir novamente os homens, com a sua carne e o seu sangue, numa história que parecia algumas vezes um teatro de marionetes.

Ora, hoje em dia, dissipou-se a ilusão de que se pode fazer desaparecer o universo político, colocando em seu lugar aquilo que ele esconderia. Existem, nós o sabemos, problemas políticos que resistem às modificações da infra-estrutura, e que não se confundem com os dados culturais que prevalecem num momento dado. No dizer de Paul Ricoeur<sup>9</sup>, a autonomia do político consiste em

que o político "torna real uma relação humana irredutível aos conflitos de classe e às tensões econômicas e sociais da sociedade"; consiste em que, por outro lado, o político cria "males específicos". Em outros termos, isso equivale a traçar limites ao otimismo organizador, sublinhando que a natureza das transformações introduzidas na sociedade mediante intervenções voluntárias, quer dizer, o mais das vezes, burocráticas, não reage necessariamente sobre os agentes dessa transformação, burocracia ou poder político. Desde que se queira, a todo preço, estabelecer a data exata da inversão da curva para a consciência ocidental, daremos como ano o de 1956, ano do relatório Krushev. Era, com efeito, natural que a confissão da impotência da sociedade soviética a controlar o desenvolvimento de seu próprio poder político fosse acompanhado por uma incapacidade de explicar, teoricamente, esse crescimento autônomo.

Num nível completamente diferente, a nova interpretação do marxismo que Althusser e os seus alunos propuseram, estabelecendo a distinção das "práticas" ou das "instâncias" autônomas no seio de um modo de produção dado contribui, ela também, para restituir à política um caráter específico que ela parecia ter perdido no interior de uma corrente de pensamento. Essa nova interpretação encoraja pesquisas não apenas sobre o modo de articulação da "instância" política com o conjunto da formação social, mas também sobre as estruturas internas dessa instância<sup>10</sup>.

É preciso, no entanto, ir mais longe e perguntar se essa "volta do político" não é a consequência de um crescimento de seu papel nas sociedades modernas. Se, inspirando-nos numa fórmula de Trotski sobre a revolução, definirmos a história política como a história da intervenção consciente e voluntária dos homens em todos os domínios onde são resolvidos os seus destinos, podemos considerar os esforços crescentes da humanidade para dominar um destino que ela até agora, sobretudo, sofreu, como uma extensão do papel e do campo de aplicação da política. É possível, por exemplo, que, além das diferenças na apropriação dos meios de produção, os esforços para dominar e orientar o desenvolvimento econômico constituam um dos fatos maiores das últimas décadas. Em outros termos, a passagem de uma economia "natural" ou "espontânea" que repousa sobre os mecanismos do mercado, a iniciativa do empresário e a lei dos lucros, a uma economia planificada, fundada na previsão e na definição dos objetivos será, desde que se confirme, um fato maior na história da humanidade, que consagrará a preponderância das opções políticas sobre os mecanismos naturais<sup>11</sup>. A mesma evolução é previsível em matéria demográfica: a passagem de um ritmo demográfico sofrido passivamente a uma planificação do nascimento e da saúde é um fenômeno previsível, tornado, aliás, necessário pelo formidável crescimento da população. Da mesma forma, a noção de planificação cultural impõe-se, cada vez mais, como uma necessidade. Que quer isso dizer a não ser que a "política econômica" é uma parte importante, cada vez mais importante dos estudos econômicos; que a "política demográfica" tornar-se-á, em pouco tempo, um elemento essencial dos estudos de população; que o mesmo acontecerá em matéria cultural etc...? À medida que a sociedade natural cede lugar àquilo que Alain Touraine chama de "sociedade programada", o estudo das políticas setoriais assume importância crescente como fator de explicação; e a política em si, a política com um "P" maiúsculo não

é mais um setor separado, epifenomenal da vida das sociedades, mas é o resultado de todas essas políticas setoriais. O que caracteriza a dominação burocrática sobre o mundo moderno, tal como a descreveu Max Weber, é a sua universalidade: o cidadão francês sente infinitamente mais o peso do aparelho do Estado democrático contemporâneo do que sentia o súdito de Luís XIV ou de Luís XV os efeitos da "monarquia absoluta"; a vida do camponês chinês contemporâneo é infinitamente mais influenciada pela "política de Mao Tsé-Tung" do que a vida de seus antepassados foi influenciada pelo despotismo dos Ming.

Acrescentemos, enfim, que o desenvolvimento dos meios modernos de comunicação e de informação torna imediatamente políticos um grande número de acontecimentos, conferindo-lhes uma repercussão pública, uma singularidade, talvez um caráter de exemplo que não existiriam sem tais meios<sup>12</sup>. Não há acontecimento que seja político por natureza, mas que tal se torna pela repercussão que alcança numa sociedade; o conhecimento imediato do acontecimento modifica radicalmente a sua natureza, quando não cria todas as suas peças: é porque se espera que haja muita gente numa manifestação que muita gente de fato vai à manifestação. Estamos no domínio daquilo que Merton chama de *full-filling prophecy*, ou seja, da predição que se auto-realiza.

Assim, o fenômeno duplo da revolução das massas e da programação dos grandes setores da atividade social conduz-nos a uma concepção da política infinitamente mais ampla do que a que foi, geralmente, admitida. Se agora a soma do poder não reside mais no monarca, mas num "príncipe coletivo" (Gramsci), seja ele partido, sindicato, administração, grupo de pressão, então, a política deixa de ser assunto de psicologia e moral, para ser assunto de sociologia<sup>13</sup> e de praxeologia. Não se trata mais de saber se a história política pode ser inteligível, mas de saber se, agora, pode existir uma inteligibilidade da história, fora da referência ao universo político. Se agora a política ocupa o posto de comando (Mao Tsé-Tung), a instância política, embora condicionada, não deixará por isso de ser a mais significativa. Estamos longe de uma história de batalhas, sem outro objetivo do que o de narrar; estamos longe, mesmo, de uma história setorial que esgota a sua ambição numa inteligibilidade puramente instrumental; estamos no começo de uma história que se esforça no sentido de relacionar fragmentos de explicação no interior de uma interpretação total.

É natural que os cientistas políticos e os sociólogos tenham precedido os historiadores na reavaliação do fenômeno político na época contemporânea, porque os trabalhos mais notáveis da historiografia francesa referiam-se à época moderna, do XV ao XVIII séculos; seria impossível, no entanto, satisfazer-se com um corte, ao mesmo tempo, cronológico e epistemológico entre a história e as outras ciências humanas.

É por isso que a renovação da história política será feita — está sendo feita — em contato com a ciência política, disciplina ainda jovem e em estado experimental, mas em plena expansão, e cujas pesquisas o historiador não pode ignorar, assim como não se pode desinteressar das conquistas da economia política, da demografia, da lingüística ou da psicanálise. Basta considerar, por exemplo, os dois volumes muito sugestivos que René Rémond, que ensina juntamente, o que não é um acaso, na Universidade de Nanterre e no Instituto de

Estudos Políticos de Paris, consagrou à vida política na França, entre 1789 e 1879<sup>14</sup>. Abandonando de propósito deliberado a narração dos acontecimentos, o autor escolheu estudar quase um século da história francesa contemporânea com uma problemática e instrumentos de análise que são os usados por cientistas políticos: quadros institucionais, é certo, mas sempre confrontados com a prática; forças em ação que não compreendem apenas o "pessoal político" no sentido estrito do termo, — o que Mosca chamava de "classe política" — mas compreende os diversos círculos concêntricos que definem a influência de uma organização ou de uma doutrina. Foi a mesma coisa que Gabriel Le Bras e seus discípulos fizeram em sociologia religiosa; foi o que Maurice Duverger fez com relação aos partidos políticos contemporâneos, distinguindo eleitores, simpatizantes, aderentes, militantes, permanentes. É certo que não se trata de aplicar mecanicamente aos partidos políticos embrionários e informais do princípio do século os conceitos que valem para máquinas tão complexas e tão articuladas quanto, por exemplo, o partido comunista de nossos dias. Mas a utilização de tais esquemas, esquemas a que recorre René Rémond, permite introduzir na história política uma dialética da continuidade e da transformação, da estrutura e da conjuntura, dialética que lhe faltava até aqui. Numa ordem de idéias ligeiramente diferente, a análise que Annie Krigel consagrou ao partido comunista francês merece a atenção dos historiadores tanto quanto a dos cientistas políticos<sup>15</sup>. Vindo depois de uma série de obras de natureza mais clássica sobre as origens e a evolução do P.C.F., essa obra considera a organização comunista como uma verdadeira contra-sociedade, com a sua hierarquia e as suas próprias regras de funcionamento, seu código, seu ritual e sua linguagem. Trata-se, como o indica o subtítulo, de um ensaio de "etnografia política". É certo que não era a primeira vez que se encarava o P.C.F. como uma verdadeira sociedade autônoma; mas foi a primeira vez que esse exame etno-sociológico propiciou um estudo tão sistemático e tão novo. Não é exagero afirmar que o fato de que Annie Krigel é uma historiadora contribuiu para o êxito. Sob muitos aspectos, esse livro é o resultado, a coroação de seus livros anteriores em que a minúcia do pormenor concreto, a investigação empírica, a preocupação de correlacionar a ordem de permanência e a ordem da transformação são a marca que distingue a história.

São apenas dois exemplos, e poderíamos citar tantos outros! Que se trate de regimes eleitorais, das próprias eleições e de seus resultados, de manifestações espontâneas, de grupos de pressão, do peso e da medida da opinião pública, em todos esses setores o campo está aberto para estudos novos, fundados nas séries, na comparação, estudos que dariam enfim à história política uma respiração mais profunda, mais ampla, em lugar da respiração curta a que parecia destinada por causa de sua dedicação aos acontecimentos.

Isso é, apenas, um começo, que coloca mais problemas, felizmente, do que resolve. Chega de uma história política que tinha resposta para tudo porque não fazia perguntas a nada nem a ninguém. Que é, em particular, a "vida política"? É um conceito ainda muito vago, no dizer do próprio René Rémond. Não o incorporemos, sem mais exame, no momento em que os cientistas políticos começam a pô-lo em questão. Que é a história política, estritamente, desde que ela não seja mais esse atalho da história, relegado pelos profissionais ao

inferno das *mass media* e das revistas que distraem? Nós o veremos bem, com a prática. Enquanto isso, que nos seja bastante constatar o proveito para a história política de uma mudança de perspectivas que, em muitos casos, consistiria para ela em recuperar o seu atraso, e refazer o caminho já percorrido por outros.

Coloquemos em primeiro lugar a questão do prazo. O historiador político era até aqui um corredor de 100 metros. Ser-lhe-á necessário agora treinar para 1500, talvez para 5 mil metros. Alguns já começaram, mesmo se os seus livros não estão colocados na prateleira dos livros de história. Sob muitos aspectos, *Paix et guerre entre les nations*<sup>16</sup>, livro que inicia uma sociologia das relações internacionais, é um livro de história política, como uma grande parte da obra de Max Weber pertence à história profundamente compreendida<sup>17</sup>. Um dos principais interesses desse livro de atualidade política que termina por uma reflexão sobre as condições da ação internacional no contexto nuclear é desenvolver uma atualidade em profundidade, que vai procurar as suas origens na Grécia do IV século, na Alemanha de Bismarck e na Rússia de Stalin. "Embora esse livro trate sobretudo do mundo presente, a sua intenção profunda não está ligada à atualidade desse mundo. A minha finalidade é compreender a lógica implícita nas relações entre coletividades politicamente organizadas<sup>18</sup>..." Uma vez que se trata, com efeito, de compreender um sistema de relações, perde a sua importância a separação tradicional entre o passado e o presente; também perde a sua importância a lei sacrosanta da continuidade histórica. Desde que se trate de levar o mais longe possível a exploração de uma estrutura inteligível, não se vê como, a propósito de cada problema, não se desenvolveria, na medida do necessário, o método regressivo, método que é, tudo considerado, o mais característico do historiador; não se vê, além disso, como uma história, qualquer que seja, deixaria de ser contemporânea, ao menos em seu objetivo fundamental. Que seja possível parar numa determinada data, por motivos outros do que de comodidade, o exame de uma questão tenderia a provar que se trata de uma questão pobre, de um problema sem interesse. Só há história contemporânea quando política, quer dizer, que coloque problemas de decisão. A ilusão de uma história sem política repousa num material morto e sem interesse.

O historiador político deverá, portanto, fazer cada vez mais apelo ao longo prazo, quer dizer, encarar a temporalidade em que trabalha sob o ângulo da permanência, e não apenas, da mudança. Ser-lhe-á necessário também renunciar a essa continuidade histórica que se desenvolve ao longo de um tempo homogêneo, continuidade de que havia feito um dogma, para reunir, por meio da comparação, os elementos de uma estrutura que o acontecimento oculta, atrás de sua singularidade. Assim, no que se refere à revolução: por muito tempo, ela foi considerada como uma espécie de bastião inexpugnável da singularidade; como uma espécie de momento demiúrgico em que a história, alterando as suas próprias normas, procede a uma nova distribuição autoritária das cartas entre os jogadores. Durante muito tempo, portanto, a história "revolucionária" figurou entre as mais conservadoras que existem, as mais presas ao acontecimento. Eis que isso muda. De mais em mais, os sociólogos e os historiadores voltam-se para o estudo comparado dos fenômenos revolucionários, escapando assim à tirania dupla do acontecimento único e da continuidade espaço-temporal. Num

livro recente, Roland Mousnier analisou as cóleras camponesas<sup>19</sup> no século XVIII em três países com estruturas sociais tão diferentes quanto a França, a Rússia e a China. Sublinha-se nesse estudo o papel da pressão fiscal e dessa forma de imposto indireto muito pesado, que constitui a obrigação de fornecer alojamentos e manutenção para os exércitos, por habitante; sublinha-se o papel das grandes calamidades atmosféricas e dos dados climáticos de longo prazo, epidemias; sublinha-se, portanto, numa palavra, o papel da conjuntura. Além disso, Roland Mousnier, cético quanto ao caráter de classe desses movimentos, sublinha, principalmente para as revoltas camponesas da França no século XVII, o papel dos privilegiados, e considera que elas foram, antes de mais nada, reações contra o Estado, em razão do fortalecimento de seu papel na França e na Rússia, ou em razão da crise da dinastia dos Ming na China da mesma época. Que se aceitem ou não as conclusões do autor, é certo que as análises comparadas desse gênero são as únicas capazes de fazer-nos progredir na compreensão dos fenômenos revolucionários. Pois a revolução não pode ser considerada por mais tempo como um ponto, um simples parêntese, por essencial que seja, no fluxo histórico. Considerada pelo ângulo mais amplo das estruturas mentais, do comportamento social ou do projeto, ela constitui um dado endêmico em numerosas sociedades.

Num brilhante ensaio sobre os "Primitivos da revolta"<sup>20</sup>, concentrado na Itália e na Espanha, Eric Hobsbawm dedicou-se a descobrir a significação dos movimentos arcaicos que têm por quadro principal o meio rural, e por motivo de ser a enfermidade social criada pelo confronto dos gêneros tradicionais de vida com a sociedade industrial; movimentos diversos, imprevisíveis, contraditórios: o milenarismo<sup>21</sup> de alguns é uma maneira de escapar a uma realidade que desconcerta, mediante a fuga no imaginário; para outros, ao contrário (*fasci* sicilianos dos anos de 1891 a 1894) a visão social é muito mais positiva; o comunismo camponês tende a aparentar-se ao socialismo operário, em seus métodos e em seus objetivos.

É por isso que a pesquisa empreendida nas sociedades pré-industriais deve encontrar o seu prolongamento a propósito dos fenômenos revolucionários da época industrial. Estudar os fenômenos revolucionários no que eles próprios são, constitui renunciar à velha problemática da causalidade linear (do tipo: as causas intelectuais, as causas econômicas das revoluções, ou da revolução), constitui recusar ver na revolução, como fato político, um simples subsistema determinado do exterior por qualquer outra instância. Renunciando às facilidades da história-totalidade e da história que despe véus, trata-se de trazer à luz as leis de funcionamento interno dos fenômenos revolucionários<sup>22</sup>. Ver-se-á, particularmente, o quanto o projeto revolucionário, em seu caráter global — e em sua irrealidade — é essencial à reflexão do historiador, por motivo da escanção particular que o projeto introduz na temporalidade. Na maneira por que é vivida por seus autores, a revolução não é um simples "tempo forte", um momento privilegiado da história, mas é uma retomada da história global, passado, presente e futuro, um "instante da eternidade", para usar a fórmula que Proust aplicava ao mecanismo da memória afetiva<sup>23</sup>. A despeito de uma duração que pode ser muito curta, nada tem a revolução a ver com o efêmero e

com o transitório; ela é vivida como um corte, uma vontade de transformar a história.

O acontecimento, principalmente sob a sua forma política, não pode, portanto, ser considerado como um simples produto; ele não é o grão de areia que se tornou pérola no corpo da ostra-estrutura; ao contrário, na medida em que materializa um ponto de retrocesso da história, ele se torna, por sua vez, um produtor de estrutura. A propósito do livro de Paul Bois sobre os *Paysans de l'Ouest*<sup>24</sup>, Emmanuel Le Roy Ladurie chamou recentemente a atenção para a reavaliação que se faz do acontecimento político, e sobre o seu novo modo de inclusão numa história social de longa duração<sup>25</sup>: sem que nos seja possível ingressar aqui no pormenor da análise, indiquemos somente que, para o autor, o movimento dos *chouans* (revoltosos de Vendéia), no espaço de dois anos, colocou estruturas políticas e mentais que se conservaram aproximadamente estáveis até os nossos dias, e que resistiram à erosão de outros acontecimentos. Como o aparecimento do movimento dos *chouans* explica-se pela estrutura diferente da produção camponesa no oeste e no sudeste da Sarta, no curso do século XVIII, é uma outra história, assim como é outra história como essa estrutura diferencial é geradora de uma tomada de consciência da classe camponesa e de um antagonismo cidade-campo: ou melhor, é a mesma história tomada no sentido contrário: depois de seguir-se o caminho que leva da estrutura contemporânea ao acontecimento revolucionário (ou contra-revolucionário), desce-se desse último à estrutura precedente; em resumo, estabelecem-se os marcos de uma verdadeira dialética entre a estrutura e os acontecimentos, ou entre o social e o político. O acontecimento, por assim dizer, cristalizado, também é um acontecimento gerador. A parte de imprevisível, se não de incondicionado nesse assunto reside no fato de que foi esse acontecimento (o movimento dos *chouans*) e não, um outro que se encontrou na origem, claramente perceptível, de uma longa cadeia posterior.

Reconciliada com a longa duração, a política reconcilia-se também, cada vez mais, com o quantitativo. Ainda nesse setor, foi a ciência política que abriu o caminho: há muito tempo, os pesquisadores esforçam-se por quantificar a política, atacando com predileção o domínio que mais facilmente se presta a isso, a geografia eleitoral. Há uma quinzena de anos, não se passa eleição importante na França que não dê origem a um volume de análises em cifras, de autoria da Fundação Nacional de Ciências Políticas. As facilidades que os pleitos eleitorais oferecem ao tratamento qualitativo e à comparação tiveram, mesmo, como resultado dar um lugar privilegiado a esse gênero de comportamento político com relação a outros, não menos significativos, porém mais dificilmente mensuráveis como, por exemplo, a crise ou a revolução. Segundo uma observação do Senhor Bertrand de Jouvenel<sup>26</sup>, a ciência política, na França e nos Estados Unidos, tende a conceder lugar de privilégio aos acontecimentos políticos *fracos* com relação aos acontecimentos políticos *fortes* ou dramáticos. Alguns descobrirão nessa preferência uma inclinação ideológica não confessada; pode-se também ver nisso o resultado de facilidades metodológicas particulares. Bem entendido, tais dados políticos só adquirem todo o seu sentido para os historiadores, no interior de uma dimensão temporal; no último século que vivemos, século que corresponde ao triunfo do sufrágio universal, a história

não aproveitou ainda, na medida do possível, o estabelecimento de monografias relativas à evolução do comportamento eleitoral numa determinada área geográfica. O mesmo acontece quanto ao comportamento dos eleitos: procedendo a uma análise de fatos dos principais escrutínios realizados na Câmara de Deputados, no curso da legislatura de 1881-1885, Antoine Prost e Christian Rozenzweig chegaram a conclusões interessantes<sup>27</sup>. Fizeram aparecer a ausência de espírito de partido nessa assembléia, na qual é o comportamento dos deputados quando dos escrutínios que determina as orientações políticas, e não, o contrário. A demonstração não deixa de ter importância para os princípios da vida política moderna, num momento em que é possível perguntar-se se os partidos existem anteriormente ao seu reconhecimento legal pela lei de 1901 sobre as associações, ou se, ao contrário, foram as medidas institucionais que acen-tuaram as separações em partidos.

Nunca se acabaria, no entanto, de enumerar os domínios em que o recurso ao quantitativo está renovando os métodos e, com frequência, o próprio campo da história política. Citemos, no entanto, um caso particularmente significativo: o estudo da opinião pública.

Todo mundo conhece o papel crescente que as sondagens de opinião têm sobre o curso dos negócios contemporâneos, e mesmo na maneira pela qual a própria opinião percebe as suas tendências. Estamos em frente a um caso típico de modificação da natureza do fenômeno por sua observação, e pela difusão dessa observação. É por isso que as sondagens mais discutidas e mais suspeitas são as que se referem às intenções da população considerada (intenções de voto, intenções de compra etc...) Ao contrário, quando se trata de medir simples pontos de vista sem incidência imediata sobre um comportamento preciso, parece que a investigação ganha em solidez o que perde em possibilidades de verificação experimental. Assim, no fim do ano de 1971, o Instituto Francês de Opinião Pública publicou<sup>28</sup> um balanço fundado num conjunto de sondagens particulares, da maneira pela qual os franceses sentiram os acontecimentos de 1971, e de seus julgamentos quanto à maneira pela qual são governados. Quem poderia negar, mesmo tendo em vista as reservas habituais em casos como esse e das dificuldades de interpretação que acompanham todas as sondagens, que temos à nossa disposição, um material infinitamente mais sólido do que as habituais sínteses dos relatórios de prefeitos, executadas pelo Ministério do Interior, com as quais o historiador é, com muita frequência, obrigado a contentar-se, para os períodos anteriores<sup>29</sup>? É por isso que o historiador político que se interessa pela condição da opinião pública num período anterior à instauração das investigações por sondagens — quer dizer, toda a história anterior à Segunda Guerra Mundial — olha com inveja os materiais de que dispõe o cientista político ou o historiador contemporâneo imediato. Será que ele não tem nenhum meio de recorrer do irreversível e do irremediável atraso da técnica com relação a sua curiosidade? Não é inteiramente assim. Ele pode proceder à análise do conteúdo de diversos escritos, livros, brochuras, jornais de que dispõe para o período; pode examinar, graças, em particular, aos recursos da semântica quantitativa, que relação o escritor ou os escritores mantêm com a sociedade de seu tempo. Não há dúvida quanto à fertilidade desses métodos. Não deixam de registrar-se difíceis problemas de método<sup>30</sup> e interrogações fun-

damentais: como apurar o grau de representatividade de um escrito e, mesmo, de um conjunto de escritos? De que opinião o jornalista é um reflexo? Da sua? Da opinião de seu jornal? Da opinião de seus leitores? O recurso a critérios objetivos (contagem de palavras, exame das frequências, cálculo das superfícies por assunto) constitui uma garantia suplementar; tais métodos, no entanto, não dispensam a interpretação, pois nada prova que a importância de um tema, de uma opinião, de um conceito seja proporcional à sua frequência; um caso extremo como o da imprensa submetida à censura seria suficiente para persuadir-nos disso. Ora, quando não há censura política, será que não existe sempre uma censura social, uma resistência ao aparecimento de idéias novas?

Em falta de verdadeiras sondagens para um determinado período, o historiador pode preparar a sua própria documentação, com recurso ao método das sondagens retrospectivas. Foi o que fez Jacque Ozouf, endereçando a vinte mil professores aposentados um questionário quanto a suas situações e opiniões antes de 1914<sup>31</sup>. Esse método deu resultados apaixonantes. A sua aplicação é naturalmente limitada no tempo: não se pode ir além da duração média de uma vida humana; é limitada também pela maior ou menor propensão dos grupos sociais a responder a semelhantes questionários; é limitada, enfim, por causa da transformação pelo presente da ótica das lembranças. Pode, no entanto, prestar grandes serviços em história contemporânea, e pode incitar historiadores e cientistas políticos, em falta de poder sempre utilizar os arquivos do passado, a preparar, desde agora, os arquivos do futuro, suscitando sobre os acontecimentos presentes ou recentes, investigações e testemunhos que serão materiais preciosos para o historiador de amanhã<sup>32</sup>.

O que até agora sublinhamos é a necessidade da recuperação de um atraso. Não há razão alguma, fora das razões circunstanciais que evocamos, para que a revolução que conheceram, a partir de 1930, os outros ramos da história, em sua metodologia e em sua divisão por períodos, não se estenda à história política. É o que está, aliás, se produzindo.

Não é possível, no entanto, ficar nisso. A história política, como a sociologia política, tem necessidade de uma problemática: de uma maneira cada vez mais sistemática, a história política de amanhã será o estudo do poder e de sua repartição.

Será que existe alguma coisa de radicalmente novo, com relação às concepções tradicionais da história política e da ciência política? Não, desde que por poder entenda-se exclusivamente o fato do Estado, que reteve por muito tempo a atenção dos juristas e dos historiadores. Sim, desde que se retenha do poder uma noção muito mais ampla, na qual o Estado, essa "instituição das instituições", seria apenas um caso particular, um caso limite mesmo; para Maurice Duverger, "o conceito de soberania é um sistema de valores que teve e conserva uma grande importância, mas que não tem fundamento científico"<sup>33</sup>. Para ele, a instituição do Estado e a sociedade nacional que caracterizam os países ocidentais não são de uma natureza diferente dos outros agrupamentos humanos, e prestam-se aos mesmos métodos de análise. Encontra-se o mesmo ponto de vista em Georges Balandier, o qual, esforçando-se por fundar uma antropologia política a partir de uma reflexão baseada na comparação entre fenômenos políticos nos países desenvolvidos e nas sociedades segmentárias, constata que

a "análise do fenômeno político não se confunde mais com a teoria do Estado... Os progressos da antropologia, os quais impõem o reconhecimento de formas políticas 'outras', e a diversificação da ciência política que teve que interpretar os aspectos novos da sociedade política nos países socialistas e nos países que resultaram da colonização, explicam, em parte, essa evolução"<sup>34</sup>.

Qual é, a esse respeito, a posição dos historiadores? Por muito tempo, a maior parte dentre eles seguiram o passo dos juristas, e abordaram o problema do poder do Estado pelo caminho da análise da soberania. Examinando as relações da comunidade política e da comunidade étnica na Idade Média (*populus et natio*), Bernard Guenée estima que, até agora "atribuiu-se demasiada importância à noção de soberania na definição do Estado"<sup>35</sup>; ele constata que os construtores do Estado dedicaram-se também a construir uma nação e que, desde o século XIV, esta revelou-se o melhor apoio daquele; ponto de vista que é o da sociologia política e que nos afasta das construções puramente jurídicas que gravitam em torno da soberania.

Será necessário dizê-lo? A preocupação de fazer aparecer as relações entre as instituições políticas e as formações sociais subjacentes afirma-se ainda mais claramente, à medida em que o observador se aproxima da época contemporânea; essa preocupação é uma das bases essenciais da sociologia dos partidos políticos, sociologia que se desenvolveu muito há uma vintena de anos<sup>36</sup>. Combatia pelas explicações de tipo funcionalista, ela não deixa por isso de conservar uma grande importância. Desse ponto de vista, o esforço de Nicos Poulantzas para pensar teoricamente, numa perspectiva marxista, as relações entre o poder político e as classes sociais<sup>37</sup> merece ser assinalado. Apesar de uma certa tendência à sofisticação, esse esforço não deixa por isso de constituir um movimento interessante para restituir à noção de poder político, no seio de uma problemática geral da luta de classes num modo determinado de produção, um estatuto de autonomia relativa que os fatos sempre lhe haviam conferido, mas que a concepção trivialmente marxista da política-reflexo obstinava-se a negar-lhe.

Quer seja marxista ou não, o historiador não pode desinteressar-se do problema da natureza social do poder político. Nesse domínio, o recurso aos métodos estatísticos, aplicados, por exemplo, ao estudo dos conselheiros gerais no curso do século XIX, aprofundaram o nosso conhecimento do pessoal político, e permitiram escapar ao ocasionalismo ingênuo com o qual se contentou, durante muito tempo, a história política<sup>38</sup>. Nesse domínio, resta a fazer tudo ou quase tudo: que sabemos nós da composição social dos partidos políticos, das assembleias eleitas da III República? Sabemos pouca coisa, em realidade; é por isso que, a despeito de muitas obras de valor, ainda falta escrever a verdadeira história política desse período.

É, no entanto, provavelmente das análises funcionalistas ou sistêmicas que vêm, hoje em dia, para a história política os desafios mais sérios e os estímulos mais fecundos. Concebidas e postas em aplicação nos Estados Unidos, elas tendem atualmente a conquistar a ciência política francesa, com um atraso que se deve atribuir antes ao nosso provincianismo cultural do que à nossa originalidade ideológica. Em primeiro lugar, como estímulo: a fraca capacidade operativa de nossa história política decorre, principalmente, de sua repugnância em forjar novos conceitos e em propor-se modelos explicativos. O nosso empi-

rismo positivista chegou ao fim de suas forças. Seja o caso de instituições tais como partido, sindicato ou regime político, consideradas em seu conjunto, em um determinado momento: há um interesse heurístico evidente em considerá-las como um sistema coerente que reage a uma série de tensões externas pela busca de respostas que se adaptem à recuperação de seu equilíbrio. Tal é a idéia de base do sistema cibernético aperfeiçoado por David Easton<sup>39</sup>. Os efeitos do meio ambiente sobre o sistema (*inputs*) e as respostas do sistema (*outputs*) constituem um conjunto de trocas e de transações que é possível reduzir a um pequeno número de tipos elementares. Esse modelo já foi objeto de aplicações particulares na França por Daniel Lindberg, no caso da Comunidade europeia considerada como um sistema político, ou por Georges Lavau, no caso do Partido Comunista Francês<sup>40</sup>. É certo que o resultado de um tal método não é transformar a condição dos conhecimentos sobre uma questão. Não é esse, aliás, o seu objetivo. Esse método, no entanto, permite colocar em termos sistemáticos uma questão essencial: como funciona o P.C.F.? E, talvez, também uma segunda questão, que eu formularia da seguinte maneira: *que faz andar o P.C.F.?*

Nada se opõe, teoricamente, a que os historiadores apliquem semelhante método ao objeto de suas próprias pesquisas. Sugiro, por exemplo, que uma análise sistêmica do partido radical sob a Terceira República poderia conduzir a uma interpretação global interessante desse partido movido e polimorfo.

Falei, também, de desafio, de um desafio que convém aceitar. Está de acordo com a tendência natural, se não está com a intenção profunda de tais análises representar os sistemas em condição de permanente equilíbrio. Não decorre isso de que tais análises sejam incapazes de explicar a transformação. Ao contrário. Justamente, no entanto, as mudanças no sistema impedem de conceber a mudança do próprio sistema. É aqui que pode ser capital a intervenção específica do historiador para aperfeiçoar modelos que levem em consideração o desenvolvimento, e para passar-se das estruturas estáticas a estruturas dinâmicas. "O setor político, escreve Georges Balandier, é um daqueles que mais são marcados pela história, um daqueles em que melhor se apreendem as incompatibilidades, as contradições e as tensões inerentes a toda sociedade. Nesse sentido, um tal nível da realidade social tem uma importância estratégica para uma antropologia e uma sociologia que se desejaria fossem abertas à história, respeitadas do dinamismo das estruturas e tendentes à apreensão dos fenômenos sociais totais<sup>41</sup>."

O ponto de vista da antropologia, tal como se exprime aqui, alia-se de maneira notável ao do historiador moderno, que é o de instalar-se deliberadamente na dialética do imóvel e do mutável. Confinada durante um tempo excessivo ao estudo das modificações de pormenor que afetam a superfície social, fascinada e como se estivesse cega por causa do brilho superficial, Clio havia terminado por abandonar a outros o estudo geológico da sociedade; havia terminado por capitular frente à sua tarefa principal, que é a explicação das mudanças em profundidade — da mudança nas profundidades. A instabilidade permanente da superfície tinha, por contrapartida, a imobilidade quase definitiva das profundidades. Habitando em andares diferentes, Heráclito e Parmênides continuaram a ignorar-se reciprocamente. Estrutura versus conjuntura: a oposição é muito fácil e nada explica. Se a história deseja realmente ser a

ciência do porvir das sociedades, é preciso que passe a considerar a vaga e a onda, e não apenas o marulho que se lhe havia abandonado. Como passa uma sociedade de uma estrutura a outra estrutura, de um equilíbrio a um outro equilíbrio, tal é a questão essencial para o historiador de hoje em dia, no concerto das ciências humanas.

Ocorre com frequência aos países em desenvolvimento tirar partido e força de seu atraso, seguindo logo para as técnicas as mais modernas, e deixando de lado as clássicas. O atraso da história política coloca-a em situação análoga e convida-a não somente a queimar etapas, mas a fazê-lo com a maior rapidez possível. Como Balandier, pensamos que a história política poderia representar, hoje, um papel de importância capital: instruída por uma longa hesitação no caos dos acontecimentos, ela poderia evitar ao conjunto dos historiadores a longa travessia do deserto sistêmico, trazendo-lhes, enfim, uma contribuição essencial à interpretação global da mudança.

## NOTAS

1. Já Tocqueville: "Pode-se opor-me, sem dúvida, os indivíduos; eu falo de classes. Só elas devem ocupar a atenção da história" (*L'Ancien Régime et la Révolution*, t. I, Gallimard, 1952, p. 179).
2. *L'histoire traditionnelle et la synthèse historique*, Paris, 1921. O cap. II, "Discussion avec un historien historisant", data de 1911.
3. "A política em primeiro lugar! Não é apenas Maurras quem o diz... Os nossos historiadores fazem mais do que dizê-lo; eles o aplicam. E é um sistema." (*Combats pour l'histoire*, Colin, 1953, pp. 71-72).
4. *Ibid.*, p. 118. Pensa-se em Alain: "É preciso ser muito sábio para aprender um fato."
5. Faz ainda pouco tempo, na rubrica dos "livros recebidos" de *Annales*, existia uma subseção "história política e historiante", significava do almálgama que assinalamos.
6. "Comment l'historien écrit l'épistémologie", a propósito do livro de Paul Veyne, *Comment on écrit l'histoire*, Le Seuil, 1971, em *Annales*, novembro-dezembro de 1971, p. 1350.
7. "La longue durée", *Annales*, outubro-dezembro de 1958, reeditado em *Écrits sur l'histoire*, Flammarion, 1969, p. 46.

Por seu lado, Marc Bloch dizia: "Haveria muitos comentários a fazer sobre a palavra 'político'. Por que motivo fazer dessa palavra, fatalmente, o sinônimo de



- superficial? Uma história que se concentra, como é perfeitamente legítimo, sobre a evolução das formas de governo que tem como missão, procurar compreender, a partir do interior, os fatos que ela escolheu como objeto de suas observações" (*Annales*, 1944, p. 120. Citado por René Rémond, *La vie politique en France*, t. I, 1789-1848, Colin, 1965, p. 21).
8. Segundo a expressão de Frederic Rauch citada por Lucien Febvre, *op. cit.*, p. 11.
  9. "Le paradoxe politique", *Esprit*, maio de 1957, p. 722.
  10. Poder-se-á a respeito desse ponto referir-se aos trabalhos de Nicolas Poulantzas, que se esforçou por definir, a partir das obras de Marx e de seus discípulos, instrumentos de análise política de uma formação social. *Pouvoir politique et classes sociales de l'État capitaliste*, Maspero, 1968. Para uma tentativa de aplicação a um caso histórico concreto, ver, do mesmo. *Fascisme et dictature*, Maspero, 1970.
  11. Ver a respeito desse ponto as observações de Max Gallo em *Tombeau pour la Commune*, Laffont, 1971, que fala de uma passagem de um "funcionamento natural na história da humanidade a um funcionamento natural da história da humanidade a um funcionamento controlado" (p. 154). Ver também as observações de Benjamin I. Schwartz: "A brief defense of political and cultural history with particular reference to non-western cultures", *Daedalus*, inverno de 1971, pp. 98-112, que define a história política e a história intelectual como dois domínios da vida consciente.
  12. Ver Pierre Nova, "L'événement monstre", *Communications*, nº 18, 1972, pp. 162-172, retomado aqui em forma remanejada.
  13. Consultar-se-á a respeito desse ponto a introdução à *Sociologie politique* de Maurice Duverger, P.U.F., que considera que ciência política e sociologia política são dois termos sinônimos.
  14. *La vie politique en France*, t. I, 1789-1848, Colin, 1965, t. II, 1848-1879, Colin, 1969. Aguarda-se a publicação do t. III.
  15. *Le communistes français*, ensaio de etnografia política, Le Seuil, coleção "Politique", 1968, nova edição, 1970.
  16. De Raymond Aron, Calmann-Lévy, 1962.
  17. "A obra histórica a mais exemplar de nosso século é a de Max Weber, que apaga as fronteiras entre a história tradicional, de que tem as ambições, e a história comparada, de que tem a envergadura", escreve Paul Veyne (*Comment on écrit l'histoire*, Le Seuil, 1971, p. 340).
  18. *Ibid.*, prefácio, p. 8.
  19. *Fureurs paysannes, les paysans dans les révoltes du XVII<sup>e</sup> siècle (France, Russie, Chine)*, Calmann-Lévy, 1967, coleção "Les Grandes Vagues Révolutionnaires".
  20. *Les primitifs de la révolte dans l'Europe moderne*, de Eric Hobsbawm, traduzido por Reginald Laars, Fayard, 1966.
  21. O estudo dos milenarismos não diz respeito diretamente à história política; o recurso ao método comparativo, no entanto, aproxima-se de nosso objetivo. Ver *Hérésies et sociétés dans l'Europe préindustrielle XI<sup>e</sup>-XVII<sup>e</sup> siècle*, sob a direção de Jacques Le Goff, Mouton, 1968.
  22. É o que propõe Jean Baechler em seu estimulante ensaio, *Les phénomènes révolutionnaires*, P.U.F., 1970. Infelizmente, a tipologia a que chega é bem arbitrária.

23. Ver a respeito desse ponto as análises de André Decouflé, em seu livro *Sociologie des révolutions*, P.U.F., 1970, que cita (p. 43) Michelet a propósito da Revolução Francesa: "o tempo não existia mais, o tempo havia morrido", e ainda "tudo era possível, o futuro estava presente... quer dizer, não havia mais o tempo, vivia-se na eternidade".
24. Mouton, 1960, edição de bolso abreviada: Flammarion, 1971.
25. "Événement et longue durée dans l'histoire sociale: l'exemple chouan", *Communications*, nº 18, 1972, número especial já citado, consagrado ao acontecimento.
26. Ver a sua intervenção nas "conversações do sábado", de 10 de março de 1969, sobre *L'état de la science politique en France*, relatório gravado em muitas cópias da Association Française de Science Politique, p. 22.
27. "La Chambre des Députés (1881-1885), analyse factorielle des scrutins", *Revue Française de Science Politique*, vol. XXI, fevereiro de 1971, pp. 5-50.
28. *Le Monde*, de 1º de janeiro de 1972.
29. Hoje em dia, a revista *Soudages* tornou-se uma fonte essencial para o estudo da França contemporânea.
30. Que Jacques Ozouf examinou, "Mesure et démesure: l'étude de l'opinion", *Annales*, março-abril de 1966, pp. 324-345.
31. Ver o seu livro *Nous les maître d'école*, Julliard-Gallimard, coleção "Archives", 1967.
32. Há preocupação a respeito tanto na França quanto nos Estados Unidos. Ver o artigo acima citado de Jacques Ozouf. O cinema pode representar nesse domínio um papel importante e original. Agora mesmo, o filme *Le chagrin et la pitié* é um documento notável para o historiador do período da ocupação.
33. *Sociologie politique*, introdução, P.U.F., coleção "Thémis".
34. *Anthropologie politique*, P.U.F., 1969, pp. 145-146. Jean-William Lapierre (*Essai sur le fondement du pouvoir politique*, publicações da Faculté des Lettres et Sciences Humaines d'Aix, 1968, p. 33) parece adotar uma posição média, ao recusar-se a assimilar puramente e simplesmente a ciência política à sociologia: "A ciência política parte do Estado, das instituições, e procura apurar como afetam a sociedade; a sociologia política parte da sociedade e procura apurar como ela afeta o Estado."
35. "État et nation au Moyen Age", *Revue Historique*, t. CCXXXVII, janeiro-março de 1967, p. 18.
36. Ver a coleção de textos de Jean Charlot, *Les partis politiques*, Armand Colin, 1971, e a Pierre Birnbaum e François Chazel, *Sociologie politique*, t. II, Colin, 1971.
37. *Op. cit.*
38. Ver, por exemplo, a tese complementar de A.-J. Tudesq: *Les conseillers généraux au temps de Guizot, 1840-1848*, 2 vol. datilografados, 473 pp., e o estudo de L. Girard, A. Prost, R. Gossez, *Les conseillers généraux en 1870*, P.U.F., 1967, 212 pp.
39. Cujo livro, *A systems analysis of political life*, será proximamente traduzido em francês.
40. "A la recherche d'un cadre théorique pour l'étude du Parti Communiste Français", *Revue Française de Science Politique*, junho de 1968, pp. 445-466.

41. "Réflexions sur le fait politique: le cas des sociétés africaines", *Cahiers Internationaux de Sociologie*, XXXVII, 1964. Reeditado em *Anthropologie politique*, op. cit., p. 227. Ver também o número especial de *Annales, Histoire et Structure*, maio-agosto de 1971, que advoga um "estruturalismo aberto", que permita uma melhor análise da mudança.

## COLABORADORES DO VOLUME

**BOUVIER (Jean)**: Professor na Universidade de Paris VIII (Vincennes). Autor de várias obras sobre história bancária e história econômica dos séculos XIX e XX, entre as quais: *Le Crédit Lyonnais de 1863 à 1882* (S.E.V.P.E.N., 2 volumes, 1961); *Les Rothschild* (Club Français du Livre, 1960), *Les deux scandales de Panama* (Julliard, coleção "Archives", 1964) e, ultimamente, *Un siècle de banque française* (Hachette, 1973).

**BURGUIÈRE (André)**: Professor assistente na École Pratique des Hautes Études (VI seção). Prepara uma obra sobre a instituição e a prática do casamento na sociedade francesa do século XVII. Publicou vários artigos sobre antropologia e sociologia histórica. Secretário de redação de *Annales* (E.S.C.).

**CHAUNU (Pierre)**. Professor de história moderna na Universidade de Paris-Sorbonne (IV), diretor do Centro de Pesquisas de História Quantitativa de Caen. Autor de uma bibliografia muito abundante que conta vinte e cinco volumes e cento e vinte artigos, dos quais reteremos: os doze volumes de *Séville et l'Atlantique (1504-1650)* (S.E.V.P.E.N., 1955-1960), *Les Philippines et le Pacifique des Ibériques (XVI<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup>)* (S.E.V.P.E.N., 1960), *L'Amérique et les Amériques* (Armand Colin, coleção *Destins du Monde*, 1964); dois volumes da coleção "Les Grandes Civilisations" (Arthaud): *La civilisation de l'Europe classique* (1966) e *La civilisation du Siècle des Lumières* (1970), e *L'Espagne de Charles Quinto* (S.E.D.E.I.S., 1973).

**DUPRONT (Alphonse)**: Presidente da Universidade Paris-Sorbonne (Paris IV). Multiplicou os trabalhos sobre antropologia religiosa e psicologia coletiva, entre os quais convém reter, particularmente: "La croix, introduction à l'étude d'un archétype" (*La*